TL547

Deputado
do Parlamento Europeu
Francisco Lucas Pires

Procurei este encontro com três objectivos : agradecer as contribuições recebidas para a nossa acção em Ewtrasburgo sobre a questão de Timor ; esclarecer os apoios obtidos e negociados nas bancadas do centro e do centro-direita do Parlamento e avaliar o significado desta votação para o futuro.

Em primeiro lugar quero, em nome da delegação portuguesa do Partido Popular Europeu (PPE), agradecer e sublinhar a importante colaboração e ajuda que nos foi dada em Estrasburgo por personalidades e organizações representativas da população, dos interesses e dos direitos dos timorenses. Desde logo, devemos tal homanagem ao Senhor D. Martinho da Costa Lopes, ex-Administrador Apostólico de Dili, que se deslocou ao Parlamento Europeu como nosso convidado. A sua presença e intervenção perante o Grupo Parlamentar a que pertencemos, embora muito breve , foi decisiva para sensibilizar os nossos colegas, para a situação, aqui na Europa tão ignorada do mundo. Gostaria também de estender o meu agradecimento aos Drs. Moisés Amaral e Abílio Araújo da Convergência Nacionalista e ao Engº Luis Paulo da Comissão para os Direitos do Povo Maubere que, convidados por outros grupos parlamentares, se deslocaram também a Estrasburgo para acompanhar, esclarecer e influenciar a discussão e votação do relatório Van Den Heuvel sobre a situação no território. De todos eles recebemos contribuições muito valiosas para o êxito alcançado e que é justo realçar. Quero ainda assinalar, também, a contribuição muito positiva e empenhada que aí nos foi dada para o desenrolar do debate e votação pelo Senhor Director-Geral Adjunto do Ministério dos Negócios-Estrangeiros, Dr. Rui Quartim , assim como dos seus colaboradores.

Deputado
do Parlamento Europeu
Francisco Lucas Pires

Em segundo lugar gostaria de assinalar o êxito extraordinário que constituiu para a posição portuguesa a votação final do relatório Van Den Heuvel. O Grupo do Partido Popular Europeu a que pertenço e é um dos dois maiores do Parlamento Europeu votou maciçamente, de acordo com todas as minhas indicações de voto e, portanto, contra o ponto de vista dos meus colegas holandeses do Grupo que perfilhavam pontos de vista menos conformes com as posições portuguesas, como o da exclusão de referências ao referendo, ou o da inclusão de uma recomendação para a abertura de relações diplomáticas com a Indonésia "logo que possível". Depois de conhecida a lista de voto electrónica, passo dizer que foram os democratas-cristãos europeus do PPE, entre os grupos do centro e centro-direita do PE, aquele que proporcionalmente maior apoio deu, em número de votos, à posição portuguesa. Uma votação tão maciça permitiu-me mesmo fazer depois de uma "declaração de voto" em nome colectivo ("nós vamos votar") e não apenas em nome individual. De facto, só cinco (5) deputados do PPE votaram contra o relatório, o que significa que mesmo alguns deputados holandeses se abstiveram ou estiveram ausentes da sala. Isto apesar de o "porta-voz" político do nosso Grupo ser o chefe da delegação holandesa de nove membros e que é a maior deste país no Parlamento e de o Grupo ter, no seu conjunto, cento e quinze deputados. Dois destes deputados holandeses tinham sido convidados pela Indonésia a visitar Timor e é conhecida a especial ligação dos deputados holandeses a uma opinião pública com fortes ligações históricas, culturais e económicas à Indonésia e que inclusivamente, nesta parte do mundo, é herdeira de um passado colonial de conflito com Portugal.

Deputado
do Parlamento Europeu
Francisco Lucas Pires

Tivemos pois uma esclarecedora vitória dentro do nosso Grupo Político mas também dentro do Parlamento. De facto, os deputados espanhois do Grupo dos Democratas Europeus votaram as próprias emendas segundo uma lista de votos por mim então elaborada a seu pedido e os conservadores ingleses, apenas com duas excepções, modificaram o voto, já antes explicitado e defendido, da rejeição para a abstenção depois de, como confessaram o seu Coordenador político, deputado Welsh e o seu Presidente, deputado Proud, eu ter lembrado na minha declaração, antes da votação final global, a solidariedade que Portugal havia prestado à Inglaterra no caso das Malvinas.

Considero-me, pessoalmente, muito satisfeito com os resultados do grande esforço feito. Além da negociação com os meus colegas de Grupo e fora dele, intervim três vezes no plenário, tendo sido mesmo o primeiro a rejeitar o reenvio do relatório à Comissão, como chegaram a pretender os adversários das nossas posições. O sucesso é tanto maior quanto é certo que os problemas se situavam, sobretudo, no centro e no centro-direita do PE (à esquerda houve apenas a estranha abstenção de um deputado "verde"), devido às relações dos Governos deste tipo com a Indonésia e os países do grupo "Asean". Depois do que fora o adiamento da questão na agenda das Nações Unidas, julgo que este sucesso ajudará a reequilibrar ou parificar a posição negocial portuguesa. A reflexão sobre este ponto seria, justamente, a terceira preocupação deste breve encontro de trabalho. Julgo haver agora uma oportunidade de maior "internacionalização" deste problema. No plano europeu, após o claro apoio do Parlamento, do Conselho e da Comissão, será

Deputado
do Parlamento Europeu

Francisco Lucas Pires

de esperar que o tema passe a fazer parte da agenda comum do programa de "cooperação política" europeia e o Governo português aja nesse sentido. É manifesto haver, também, um reforço das possibilidades para, sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas, encontrar soluções que permitam fazer avançar o problema. Há novas promessas indonésias feitas sob a pressão da discussão em Estrasburgo. Haverá agora uma oportunidade de as testar mais uma vez. E, também, a visita prevista dos deputados da AR a Timor, tem agora nas suas mãos um instrumento importante de reforço das respectivas condições.